



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 44/2019

FL. N.º 140

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,
DE 10 DE MAIO DE 2019**

N.º 44/2019

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e dez minutos, na sala de reuniões do Edifício Municipal da Câmara Municipal, reuniu por convocatória extraordinária o órgão executivo do Quadriénio 2017-2021, com as seguintes **PRESENCAS: O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, que presidiu à reunião, e os Senhores Vereadores:-----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes (CDS/PP);-----
- Maria Catarina Lopes Paiva (CDS/PP);-----
- Daniela Sofia Paiva da Silva (CDS/PP);-----
- José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho (CDS/PP);-----
- José Pedro Vieira de Almeida (PPD/PSD);-----
- Nelson da Silva Martins (PS).-----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:-----

Período da Ordem do Dia:-----

1. Descentralização no domínio da Educação: Pronúncia sobre o projeto de mapas.-----
2. Aprovação, em minuta, da deliberação tomada na reunião.-----

**O SR. PRESIDENTE, JOSÉ ALBERTO FREITAS SOARES PINHEIRO E SILVA,
DECLAROU ABERTA A REUNIÃO: -----**

Período da Ordem do Dia:-----

2019.05.10

1. DESCENTRALIZAÇÃO NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO: PRONÚNCIA SOBRE O PROJETO DE MAPAS:-----

O Sr. Presidente após cumprimentar o executivo, a chefe da DASDEC -Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, Paula Ferreira e o chefe da DAF - Divisão Administrativa e Financeira, Rui Valente, agradeceu a presença de todos, dado o dia e a hora, uma vez que houve necessidade de convocar a presente reunião extraordinária para tomar uma decisão relativa ao projeto de mapas afetos à área da educação e aos valores associados, no âmbito da descentralização de competências. O projeto de mapas foram recebidos e remetidos aos serviços para a respetiva análise e validação do seu conteúdo, uma vez que não se poderá, à partida concordar com os valores aí apresentados, respeitantes a encargos com as instalações, pessoal, refeições escolares, entre outras áreas que têm de ser vistas no sentido das mesmas serem assumidas de forma responsável. Os prazos de pronúncia são curtos, mas, mesmo com a colaboração do Agrupamento de Escolas, é ponto assente que os encargos referenciados nos mapas ficam muito aquém dos encargos a assumir pela Câmara Municipal.-----

De seguida deu a palavra à chefe da DASDEC, Paula Ferreira que informou que, mediante o conteúdo do projeto de mapas, foi consultado o Agrupamento de Escolas, para a obtenção de elementos; parte dos elementos necessários não foram conseguidos, mas continuam a fazer esforços no sentido de os obter para que o trabalho de recolha de elementos seja o mais rigoroso possível. No que diz respeito às rubricas, as que criam maior impacto económico e funcional relacionam-se com os assistentes operacionais, não correspondendo o número constante nos mapas, ao número que efetivamente se encontram ao serviço. Como ainda não conseguimos obter dados relativos às posições e níveis



2019.05.10

ATA N.º 44/2019

FL. N.º 147

remuneratórias do pessoal que se encontra efetivamente a trabalhar, não se consegue saber o impacto financeiro para a Câmara Municipal, que certamente será significativo. O Dr. Rui Valente acrescentou que ainda não se sabe também em que situação está o pessoal a nível das progressões obrigatórias.-----

Continuando, a Dr.ª Paula Ferreira falou dos apoios alimentares, no custo das refeições alimentares que são pagas pela Câmara Municipal (concurso local) e pela DGEST (concurso regional), não se conseguindo posteriormente a mesma escala de negociação;-----

Sobre os serviços especiais de transportes para crianças com necessidades educativas muito específicas, que tem estado a cargo do Ministério da Educação, parece-lhe que o valor indicado pelo Agrupamento de Escolas corresponde ao concurso realizado anualmente para o efeito; -----

Sobre a Escola a Tempo Inteiro, tem sido assumido pelo Agrupamento de Escola, sendo uma despesa do Ministério da Educação; contudo o Ministério não prevê qualquer transferência de verba de apoio às AEC;-----

Sobre outros encargos, como água, combustível, limpezas, higiene e material de escritório, eletricidade, entre outros, alguns valores são aceitáveis, embora, no que diz respeito a higiene e material de escritório está prevista a transferência de 4.600 euros anuais e os valores apurados em 2017, nas contas do Agrupamento, são de cerca de 15.000 euros.-----

Não há referência a transferências para material didático e pedagógico para as escolas que será da competência da Câmara Municipal;-----

Não há referência a transferências no âmbito da ação social escolar, apenas referem que as despesas em manuais escolares mantêm-se sob a alçada do

2019.05.10

Ministério da Educação, tal já acontece, mas a ação social escolar vai mais além do que material escolar, factos que não estão previstos nos mapas.-----

Numa reunião que tiveram com o Agrupamento de Escolas, verificamos que há muitas outras coisas que aqui não estão previstas, parecendo, em termos globais, que há um desajustamento entre as verbas que constam no projeto de mapas e as necessidades da própria escola.-----

Referiu-se ainda a custos de reestruturação de serviços que terá de ser feita na Câmara Municipal, integração de diferentes sistemas, em termos de contabilidade, de organização de pessoal e de estrutura, que é urgente fazer, para conseguirmos responder de forma eficiente em 2021.-----

O chefe da DAF, Rui Valente, só reforçando o que já foi dito, disse que analisando os dados recebidos da DGEST e da Secretaria de Estado, torna-se difícil validar os dados existentes conforme referiu na informação; socorreram-se daquilo que se conseguiu, no caso, da Prestação de Contas de 2017 disponível, apesar da dificuldade inerente à contabilidade diferente da das Autarquias Locais. Contudo e, concordando com a Dr.ª Paula, os valores são nitidamente inferiores às necessidades. -----

O Sr. Presidente deu a palavra aos vereadores: -----

O vereador Nelson Martins perguntou, sem entrar em especificidades, se existe alguma informação sobre os valores percentuais relativos a municípios que já aceitaram as competências, atendendo àquilo a que se tem de transferir; perguntou ainda como é que a tutela chegou aos valores referidos nos mapas, tendo a Dr.ª Paula Ferreira respondido que os valores recebidos têm como base a Execução de 2018, sendo as realidades dos municípios sempre diferentes. ----



2019.05.10

ATA N.º 44/2019

FL. N.º 142

A Dr.^a Paula Ferreira explicou que os Municípios que já negociaram fizeram Acordos um a um, não havendo um referencial para todos. Nos atuais Acordos a gestão é totalmente feita pela Câmara Municipal. -----

A vereadora Catarina Paiva disse que esteve reunida com a Dr.^a Paula Ferreira e com o Diretor do Agrupamento de Escolas para tentar obter dados mais recentes e chegaram à conclusão que o que vai ser atribuído à autarquia fica muito aquém das despesas que esta irá ter. Em relação aos procedimentos com o pessoal, também ainda não há qualquer informação, ou seja, como tudo se irá processar.-----

O vereador Pedro Almeida passou a fazer a seguinte intervenção: -----

“Com a questão da descentralização, para além da questão da educação, temos mais de uma dezena de diplomas sobre outras competências que querem transferir para os municípios, a que temos vindo a dizer que não, a adiar, mas continuamos a nada fazer sobre o impacto que todas estas competências vão ter na Autarquia. E eu julgo que este mapeamento que foi enviado há cerca de um mês atrás, na minha opinião, conforme eu já disse ao Sr. Presidente, este devia ser um problema de todos nós e não um problema da maioria, devia quando recebeu este documento, informar, partilhar, para que todos nós, nomeadamente o Dr. Nelson Martins, mais do que eu porque pertence à área, poder dar um contributo e isso não aconteceu e por isso, mais uma vez deixamos correr o cordel até chegar ao prazo e convocarmos para urgentemente virmos aqui tomar uma decisão. Portanto, eu acho que estas matérias para além da educação, para além das outras, deviam ser claramente estudadas, claramente refletidas sobre os custos, sobre os impactos indiretos e também acho e corroboro o que está dito na informação que não são sozinhos, os Serviços da Câmara Municipal, que vão fazer esta avaliação e se calhar devia ter alguém a ajudar que já tivesse até

2019.05.10

experiências de outras autarquias que já deram passos mais dos que os nossos para conjuntamente com os nossos Serviços possam fazer uma avaliação correta, para poder depois tomar decisões. -----

Dito isto, acho que o relatório, feito pelos Serviços, diria que foi o relatório possível, não sei se o Agrupamento dá informações ou não, mas também não é o Agrupamento que a nós tem de dar informações, o nosso interlocutor é o Ministério da Educação. De qualquer das formas acho que devemos envolver o Agrupamento nisto porque se as competências vierem ter ao município, obviamente que quem irá ser o nosso interlocutor direto, será o Agrupamento portanto, deve ser envolvido. No entanto o nosso interlocutor para as dúvidas e esclarecimentos que nós temos é o Ministério da Educação e é com ele que nós devemos levantar todas as questões sem prejuízo das informações que o Agrupamento nos puder dar. -----

Sobre aquilo que nós aqui hoje estamos a debater, e eu acho que nós não vamos decidir, nem sim nem não, é a minha opinião. Aquilo que devíamos decidir o que diz a lei."-----

O vereador leu de seguida o artigo referente à pronúncia da Câmara Municipal.--
Continuando, o vereador, disse: "Eu acho que devemos deliberar solicitar os esclarecimentos às dúvidas enumeradas pelos Serviços, os esclarecimentos que devíamos ter e não temos e reclamar sobre as verbas que não chegam nem para os custos indiretos. Vamos assim, dizer que temos muitas dúvidas, que precisamos de mais informação, e que pelas contas, de acordo com a informação que temos, isto não chega e se calhar enumerar mais pormenorizadamente cada uma dessas dúvidas que não temos e isto permite-nos mandar a bola para o lado de lá, ganhar mais um período de tempo para recolher mais alguma informação e ir percebendo como é que nós nos devemos posicionar. Devíamos reclamar e



2019.05.10

ATA N.º 44/2019

FL. N.º 143

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL

pedir esclarecimentos para não assumir este mapa e se nada dissermos, a dada altura, este é o mapa e isto vai-nos cair e vamos ter de nos desenrascar à boa maneira portuguesa. Portanto, é esta a minha interpretação sobre o que devíamos fazer aqui, e acho mais uma vez e reitero isso, que não devemos descurar este processo de descentralização, e acho que está a ser descurado, porque isto tem um impacto bastante pesado na gestão autárquica, nas contas do município e nos impostos dos valecambrenses.” -----

O Sr. Presidente referiu que os Serviços Técnicos tiveram alguma dificuldade em encontrar uma resposta para os valores vertidos nos mapas. De qualquer forma, é esse também o seu entendimento, não aceitar a proposta de projeto de mapas e pedir mais esclarecimentos. -----

Informou ainda que na área da Saúde, os pedidos de informação ainda não foram respondidos, considerando que é fácil pedir, mas nada fácil obter.-----

O vereador Pedro Almeida frisou que tem tido conhecimentos por parte da organização a que pertence que se chama “Autarcas Sociais Democratas” que partilharam a informação das experiências que vão ocorrendo nos diferentes municípios em Portugal e os vão alertando para os problemas que têm surgido e é com base nesses dados, que tem alguma informação. Referiu que a oposição se disponibilizou desde início a colaborar e para colaborar têm de ter conhecimento daquilo que vai ocorrendo. Se não lhes derem conhecimento e os convocarem a correr para reunir hoje para deliberar sobre um assunto cujo prazo termina amanhã, não é retórica. Acha que o Sr. Presidente devia alterar o seu procedimento em relação a esta matéria, caso queira a colaboração da oposição.

Sobre o que se deve deliberar, voltou a ler a lei relativa à pronúncia, achando que a resposta deve ser o que consta do relatório elaborado pelos técnicos. Alertou ainda para questões de contratação de pessoal, da gestão de candidaturas a

2019.05.10

fundos comunitários, entre outras, que implica uma nova estrutura, e é isto o que deve ser enviado ao Ministério da Educação, que nos deve dar uma resposta porque não conseguiremos decidir se houver uma ausência de resposta. Foi-me ainda sugerido por alguém conhecedor da situação, que devem ser levantada uma panóplia de questões que foram aqui resumidamente apresentadas porque com base nisso, podemos concordar e fundamentar que são precisos mais oitocentos mil euros. É de opinião que se foque os factos indiretos que estas transferências irão causar na organização e gestão autárquica.-----

O vereador Nelson Martins perguntou se não existe um referencial com as chamadas FAQ's com perguntas e esclarecimentos, dado que existem muitas dúvidas funcionais iguais e certamente haverá essa plataforma que servirá os 308 municípios. Em todos os municípios certamente existem dúvidas quanto ao pessoal, entre outras perguntas ao nível funcional. -----

O vereador Pedro Almeida sugeriu que a resposta fosse dada pelos chefes de divisão presentes na reunião. -----

O Sr. Presidente disse que o Sr.s Secretários de Estado pedem que nos pronunciemos sobre os mapas e por isso, a posição de todos é de não aceitar o projeto de mapas recebido, pedindo os esclarecimentos necessários conforme o Relatório técnico, para que se consiga tomar uma decisão mais fundamentada. -
Fica apensa à ata, fotocópia do Relatório subscrito pelos chefes da DASDEC e DAF. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não aceitar o projeto de mapas proposto, continuando a haver necessidade de esclarecimentos adicionais para que se possa decidir, nomeadamente: -----

Pessoal não docente -----



O número de assistentes operacionais indicado não coincide com os que estão efetivamente ao serviço. -----

De acordo com informação disponibilizada "a estimativa apresentada corresponde à execução do ano de 2018, ponderada com a projeção de custos adicionais gerados pelo salário mínimo para os trabalhadores com vínculo de emprego publico,(...) considerou-se que esse custo adicional deve refletir-se nessa estimativa.-----

Informação necessária para avaliação de custos:-----

- *Nº efetivo de pessoal não docente, de acordo com a categoria profissional e nível remuneratório em exercício de funções;-----*
- *Nº de efetivos em situação de baixa medica;-----*
- *Regime de proteção social;-----*
- *Nº de Assistentes operacionais solicitados pelo Agrupamento de Escolas efetivamente necessários ao apoio a crianças com necessidades específicas e não colocados;-----*

Apoios alimentares-----

- *Custos associados a aquisição de leite escolar e valor relativo a financiamentos obtidos;-----*
- *Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º ciclo do Ensino Básico-----*
- *Refeitórios-----*

Uma gestão local destas respostas aos alunos, trará custos acrescidos decorrentes de uma negociação de pequena escala (ex. Neste momento a DGESTE tem contratualizado o serviço de refeição escolar (aos alunos do 2º, 3º

2019.05.10

ciclo e secundário) a 1,17€+IVA e o Município tem um custo de fornecimento de 1,83€+Iva (refeições do pré-escolar e 1º ciclo).-----

Ou seja, considerando que os valores das transferências estimadas têm em consideração o valor de refeição pago pelo Ministério, estaremos perante uma transferência de competências com elevado impacto financeiro a desfavor do Município.-----

Qual o valor que será transferido por refeição escolar?-----

Escola a Tempo Inteiro-----

Atividades de Enriquecimento Curricular-----

Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular, nos termos em que está apresentada a informação, apesar de esta a ser uma competência da Câmara Municipal o Ministério da Educação assume a continuidade em termos de colocação de pessoal docente?-----

Quais as verbas a transferir para material de apoio para a dinamização das atividades de enriquecimento curricular, presumindo que será encargo absoluto do município?-----

Mapa V - Encargos das instalações-----

Limpeza, higiene e material de escritório-----

A estimativa de transferência para encargos de instalações, nomeadamente limpeza, higiene e material de escritório é irrisória - 4.651,00€ anuais. Os valores apurados em 2017 apontam uma despesa superior a 15.000,00€ (dados da Conta de Gerência do Agrupamento).-----

Não estão contempladas transferências de verbas para manutenção de espaços verdes, controlo de pragas, manutenção preventiva de equipamentos, reparações



2019.05.10

ATA N.º 44/2019

FL. N.º 145

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL

de equipamentos e substituição de equipamentos em fim de vida. Quais as verbas a transferir?-----

Não estão contempladas verbas para aquisição de material didático, pedagógico necessário ao desenvolvimento de atividades dessa natureza e que de acordo com dados de contas do AE de 2017 ascendem a 52.000,00€. Quais as verbas a transferir?-----

CONSERVAÇÃO-----

Está prevista uma verba de 20.000,00€ para conservação e manutenção de escolas do 2º e 3º ciclo (por cada estabelecimento).-----

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR-----

Não é feita qualquer referência em termos de transferências no que se refere à Ação Social Escolar dos 2º, 3º ciclo e secundário e que constitui uma das transferências a realizar no âmbito do DL 21/2019, exceto no que se refere a programas de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares.-----

Quais as verbas a transferir?-----

Outras observações-----

- Não estão previstos apoios para modernização de equipamentos e mobiliário em fim de vida assim como a introdução de novos equipamentos no âmbito de projetos inovadores que venham a ser implementados. Quais as verbas a transferir?-----

- Em que rubrica se enquadram as despesas relativas a contratos de manutenção de equipamentos, assistência técnica de *software*, honorários, formação específica de pessoal não docente (formação específica e não enquadrada no âmbito da formação oferecida pelo Centro de Formação?---

